

# Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras  
Intermediárias em  
30 de junho de 2020**

## Demonstrações financeiras intermediárias

**30 de junho de 2020**

### Índice

Relatório da administração .....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias .....	8
Balanços Patrimoniais .....	11
Demonstrações do resultado .....	13
Demonstrações do resultado abrangente .....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias .....	17

## Relatório da administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia” ou “Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Em 12 de junho de 2019, os investidores da Companhia e da extinta Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis”) firmaram acordo de investimento regulando os termos da incorporação da Terra Brasis pela Companhia, conforme previsto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76, operação esta que dependia de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Superintendência de Seguros Privados. Em 29 de novembro de 2019, após obtidas as aprovações regulatórias necessárias, a incorporação foi concluída. Deste modo, o posicionamento competitivo da Companhia foi fortalecido pela complementaridade dos portfólios de negócio e pela ampliação da cobertura geográfica no Brasil e no exterior, contando com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Colômbia, além de autorizações para operar em diversos países latino-americanos.

Com a incorporação, os acionistas da Terra Brasis tornaram-se acionistas da Companhia, sendo certo que, imediatamente após a Incorporação, (a) Terra Brasis Partners Participações Ltda. (“Terra Brasis Partners”) exerceu, de forma irrevogável e irretratável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a todas as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia; e (b) Brasil Plural Holding de Seguros e Resseguros Ltda. (“Brasil Plural”) exerceu, de forma irrevogável e irretratável, o seu direito de retirada da Companhia com relação a única e exclusivamente 5.006.919 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por ela detidas no capital social da Companhia.

Em razão do referido direito de retirada pela Terra Brasis Partners e Brasil Plural, as ações por elas detidas, conforme acima descrito, foram canceladas e liquidadas pela Companhia, mediante o pagamento à Terra Brasis Partners e à Brasil Plural do valor das referidas ações, com base no Laudo de Avaliação Contábil da Companhia elaborado pela empresa avaliadora.

A Incorporação não ensejou alterações no que tange à estrutura de controle direto e indireto da Companhia, de modo que a Austral Participações II S.A. permanece como sua controladora direta. Da mesma forma, o quadro de controladores finais da Companhia permanece inalterado.

Em 6 de fevereiro de 2020, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros, retirou de observação e afirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de “bbb+” da Austral Re. A perspectiva para ambos os ratings foi elevada de estável para positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva reflete a melhora sobre a força do balanço patrimonial da Companhia, categorizado pela agência como muito forte. Isso se reflete na capitalização ajustada ao risco da Austral Re. O relatório pontua ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos da Companhia e a sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação de riscos, em especial com a diversificação de negócios e melhor distribuição geográfica após a incorporação da Terra Brasis pela Austral Re.

Para a Austral Re, a avaliação é um atestado de eficiência e solidez financeira que credencia a Companhia a participar dos principais programas nacionais e internacionais de resseguros e dá sustentação à sua estratégia de expansão dentro e fora do Brasil.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 384,8 milhões no primeiro semestre de 2020, representando um aumento de R\$ 126,9 milhões (49,20%) em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante, alcançando o valor de R\$ 415,8 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 142,6 milhões (52,20%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice de sinistralidade geral no primeiro semestre de 2020 ficou em 100,08% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro), contra 114,40% no mesmo período do ano anterior. As sinistralidades desse ano, assim como do ano anterior, foram muito afetadas pelo ramo agrícola e por variação das reservas relativas às perdas catastróficas internacionais (fora da América Latina), assim como pela variação cambial dessas reservas. É importante destacar que no ano de subscrição de 2020, a Austral Re reduziu drasticamente sua exposição nessas duas linhas de negócio (praticamente 80% de redução no agrícola e em catástrofes internacionais, que está em run-off). A sinistralidade no primeiro semestre de 2020, desconsiderando essas duas linhas, ficou em 84% e no primeiro semestre de 2019 em 105%.

Destacam-se os ganhos de escala e eficiência que trouxeram o índice de despesa administrativa ao patamar de 3,89%, no primeiro semestre de 2020, em relação ao prêmio ganho, representando uma queda de 14,65% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando este índice foi de 4,46%. O lucro antes de impostos e participações no primeiro semestre de 2020 foi de R\$ 4,8 milhões (R\$5,8 milhões no mesmo período do ano anterior), enquanto o prejuízo após impostos, no semestre, atingiu R\$ 1,2 milhão (R\$0,2 milhão no mesmo período do ano anterior). O índice combinado atingiu 112% no primeiro semestre de 2020, contra 107% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando as linhas agrícola e de catástrofes internacionais, o índice combinado do primeiro semestre de 2020 ficou em 98% enquanto do primeiro semestre de 2019 ficou em 96%. Ao final do período, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$340,6 milhões (R\$340,7 milhões em 31/12/2019).

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 54,8 milhões, no primeiro semestre de 2020, ante R\$ 24,9 milhões no mesmo período do ano anterior.

Com todos os ajustes realizados na carteira de negócios, a Austral Re espera alcançar bons resultados de subscrição no segundo semestre de 2020 e principalmente em 2021, e planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica, buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

Os Administradores declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos semestres. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020.

Administração.

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

### Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

#### Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras da Austral Resseguradora, (ii) a eficácia do sistema de controles internos da Austral Resseguradora; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente da Austral Resseguradora, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2020, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020

**Paulo Pereira Ferreira**  
Presidente

**Leonardo de Assis Portugal**  
Membro

**Paulo Roberto Batista Machado**  
Membro



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da  
Austral Resseguradora S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras intermediárias.

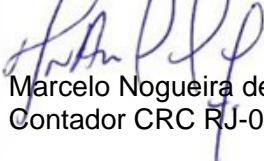
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

## Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.307.853</b>	<b>1.305.777</b>
<b>Disponível</b>	<b>30.648</b>	<b>31.947</b>
Caixa e bancos	30.648	31.947
<b>Aplicações financeiras (Nota 6)</b>	<b>108.893</b>	<b>117.366</b>
Títulos de renda fixa - privados	23.397	6.349
Títulos de renda fixa - públicos	13.105	29.829
Títulos de renda variável	-	1.325
Quotas de fundos de investimentos	55.673	67.557
Aplicações no exterior	16.718	12.306
<b>Créditos das operações com resseguros (Nota 8)</b>	<b>587.128</b>	<b>618.226</b>
Operações com seguradoras	478.005	494.769
Operações com resseguradoras	109.123	123.457
<b>Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>521.232</b>	<b>454.389</b>
Prêmios de retrocessão diferidos	158.841	145.385
Sinistros com retrocessão	273.219	235.726
Recuperação de sinistros ocorridos e não avisados	86.248	71.213
Provisão de excedente técnico	2.924	2.060
Outras provisões	-	5
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>46.888</b>	<b>72.622</b>
Títulos e Créditos a receber	15.377	49.987
Créditos tributários e previdenciários	31.056	22.497
Outros créditos	455	138
<b>Outros valores e bens</b>	<b>999</b>	<b>73</b>
	999	73
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>90</b>	<b>464</b>
	90	464
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>11.975</b>	<b>10.690</b>
Resseguros	11.975	10.690
<b>Não circulante</b>	<b>588.390</b>	<b>502.606</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>586.649</b>	<b>501.530</b>
<b>Aplicações financeiras (Nota 6)</b>	<b>516.608</b>	<b>428.685</b>
Títulos de renda fixa - privados	57.872	80.793
Títulos de renda fixa - públicos	303.520	279.958
Aplicações no exterior	155.216	67.934
<b>Créditos das operações com resseguros (Nota 8)</b>	<b>21.444</b>	<b>28.025</b>
Operações com seguradoras	12.385	11.015
Operações com resseguradoras	9.059	17.010
<b>Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 16)</b>	<b>37.473</b>	<b>34.262</b>
Prêmios de retrocessão diferidos	33.400	30.915
Sinistros com retrocessão	4.073	3.347
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 10)</b>	<b>9.912</b>	<b>9.394</b>
Créditos tributários e previdenciários	9.912	9.394
<b>Custos de aquisição diferidos (Nota 11)</b>	<b>1.212</b>	<b>1.164</b>
Resseguros	1.212	1.164
<b>Imobilizado (Nota 12)</b>	<b>591</b>	<b>587</b>
Bens móveis	591	587
<b>Intangível (Nota 13)</b>	<b>1.150</b>	<b>489</b>
Outros intangíveis	1.150	489
<b>Total do ativo</b>	<b>1.896.243</b>	<b>1.808.383</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Balancos patrimoniais

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.486.621</b>	<b>1.404.743</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>4.366</b>	<b>21.820</b>
Obrigações a pagar	906	17.721
Impostos e encargos sociais a recolher	1.147	3.067
Encargos trabalhistas	1.774	1.032
Impostos e contribuições	539	-
<b>Débitos das operações com resseguros</b>	<b>331.722</b>	<b>319.464</b>
Prêmio a restituir	8.049	4.790
Operações com seguradoras	1.757	2.016
Operações com resseguradoras (Nota 14)	304.756	295.485
Corretores de seguros e resseguros	16.928	16.464
Outros débitos operacionais	232	709
<b>Depósito de terceiros (Nota 15)</b>	<b>11.351</b>	<b>2.336</b>
<b>Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)</b>	<b>1.138.967</b>	<b>1.061.123</b>
<b>Outros débitos</b>	<b>215</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>68.970</b>	<b>64.853</b>
<b>Débitos das operações com resseguros</b>	<b>10.163</b>	<b>8.338</b>
Operações com resseguradoras (Nota 14)	10.027	8.007
Corretores de seguros e resseguros	136	331
<b>Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 16)</b>	<b>58.807</b>	<b>56.515</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 18)</b>	<b>340.652</b>	<b>338.787</b>
Capital social	240.000	234.468
Aumento de capital social (em aprovação)	11.763	5.532
Reserva de capital	91.263	91.677
Reservas de lucros	120	120
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.325)	6.990
Resultado do semestre	(1.169)	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.896.243</b>	<b>1.808.383</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação - em reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Prêmios emitidos	384.820	257.921
Variações das provisões técnicas	30.992	15.266
<b>Prêmios ganhos (Nota 21 e Nota 23)</b>	<b>415.812</b>	<b>273.187</b>
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(416.149)	(312.518)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(12.164)	(6.536)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.d)	(8.679)	(24.721)
Resultado com retrocessão (Nota 23.e)	(9.082)	70.514
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(16.166)	(12.193)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(3.636)	(6.834)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	<u>54.853</u>	<u>24.924</u>
Receitas financeiras	185.684	59.665
Despesas financeiras	(130.831)	(34.741)
Ganho com ativos não correntes	10	-
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>4.799</b>	<b>5.823</b>
Imposto de renda (Nota 19)	(5.524)	(3.942)
Contribuição social (Nota 19)	(746)	(709)
Participações sobre o lucro	<u>302</u>	<u>(1.406)</u>
<b>(=) Prejuízo líquido do semestre</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(234)</b>
Quantidade de ações	302.648.450	222.441.240
Prejuízo por lote de mil ações - em reais	(0,0039)	(0,0011)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações do resultado abrangente**

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(234)</b>
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(13.939)	2.933
Efeito do imposto de renda e contribuição social	5.624	(1.174)
<b>Outros resultados abrangentes do semestre</b>	<b>(8.315)</b>	<b>1.759</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos</b>	<b>(9.484)</b>	<b>1.525</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>234.468</b>	-	<b>2.487</b>	<b>6.784</b>	<b>36.904</b>	<b>2.775</b>	-	<b>283.418</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(234)	(234)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.759	-	1.759
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>234.468</b>	-	<b>2.487</b>	<b>6.784</b>	<b>36.904</b>	<b>4.534</b>	<b>(234)</b>	<b>284.943</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>234.468</b>	<b>5.532</b>	<b>91.677</b>	<b>120</b>	-	<b>6.990</b>	-	<b>338.787</b>
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.602)	5.532	(5.532)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social (em aprovação)	-	11.763	-	-	-	-	-	11.763
Reservas de capital	-	-	(414)	-	-	-	-	(414)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	-	(1.169)	(1.169)
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(8.315)	-	(8.315)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>240.000</b>	<b>11.763</b>	<b>91.263</b>	<b>120</b>	-	<b>(1.325)</b>	<b>(1.169)</b>	<b>340.652</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30/06/2020	30/06/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido do semestre</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(234)</b>
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	171	886
Incentivo baseado em ações	(414)	-
Perda de valor recuperável	4.146	544
Outros ajustes	(10)	-
	<b>2.724</b>	<b>1.196</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais</b>		
Ativos financeiros	(88.150)	(2.030)
Créditos das operações com resseguros	30.983	2.935
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(70.054)	(117.407)
Ativo fiscal diferido	(518)	-
Títulos e créditos a receber	(6.384)	(2.364)
Despesas antecipadas	374	(998)
Custos de aquisição diferidos	(1.333)	(1.962)
Outros ativos	(926)	(49)
Passivo fiscal diferido	-	1.084
Impostos e contribuições	6.748	4.094
Débitos de operações com resseguros	49.136	8.058
Obrigações a pagar	(12.682)	(292)
Provisões técnicas com resseguradoras	80.136	97.685
Depósitos de terceiros	9.015	(353)
Provisões judiciais	215	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.129)	(2.505)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(8.845)</b>	<b>(12.908)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda de imobilizado	10	-
Aquisição de imobilizado	(93)	(234)
Aquisição de intangível	(743)	(232)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(826)</b>	<b>(466)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital social - Incorporação (em aprovação)	11.763	-
Pagamento de dividendos	-	(28)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.391)	-
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>8.372</b>	<b>(28)</b>
<b>Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.299)</b>	<b>(13.402)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	31.947	23.140)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	30.648	9.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

### 1. Contexto operacional

#### 1.1 Considerações gerais

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro RJ é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para a Companhia operar com resseguros e retrocessão.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora direta e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018 e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

Em 28 de abril de 2020, por meio de AGE, foi deliberado aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 11.763, mediante a emissão de 9.982.166 (nove milhões, novecentas e oitenta e duas mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (em aprovação pela Susep).

#### 1.2 Evento societário: Incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis” ou “Incorporada”) pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada, passando a Companhia a sucedê-la em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, deveres, obrigações, sujeições, ônus, responsabilidades e exceções de titularidade da Incorporada. Em decorrência da Incorporação e consequente versão da totalidade do acervo líquido da Terra Brasis Resseguros S.A. para a Companhia, R\$ 5.532 foram alocados ao capital social da Companhia (em aprovação) e R\$ 96.407 foram alocados à reserva de capital da Companhia.

A Incorporação não ensejou alterações no que tange à estrutura de controle direto e indireto da Companhia, de modo que a Austral Participações II S.A. permanece como sua controladora direta. Da mesma forma, o quadro de controladores finais da Companhia permanece inalterado.

Em razão do aumento de capital social mencionado acima e do cancelamento das ações detidas pela Terra Brasis e pela Brasil Plural, o capital social da Companhia passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (222.441.240 em 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

O acervo líquido incorporado pela Companhia, na data-base de 29 de novembro de 2019, suportado por laudo de avaliação emitido por perito independente e incorporado ao patrimônio da Companhia, era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

<b>Ativo</b>	<b>11/2019</b>	<b>Passivo</b>	<b>11/2019</b>
<b>Circulante</b>	<b>444.596</b>	<b>Circulante</b>	<b>348.025</b>
Caixa e bancos	15.028	Contas a pagar	504
Aplicações	126.486	Débitos de operações com seguros e resseguros	63.959
Créditos das operações com seguros e resseguros	162.309	Depósitos de terceiro	3.353
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	135.272	Provisões técnicas - resseguradoras	280.209
Títulos e créditos a receber	1.214	<b>Não circulante</b>	<b>885</b>
Despesas antecipadas	207	Contas a pagar	885
Custos de aquisição diferidos	4.080	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>101.618</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.932</b>	Capital social	100.880
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>5.734</b>	Reservas de capital	530
Títulos e créditos a receber	5.734	Reservas de lucros	344
Imobilizado	82	Ajuste de avaliação patrimonial	(136)
Intangível	116	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>450.528</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>450.528</b>		

### 1.3 COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em razão do COVID-19, desde o dia 11 de março de 2020. A pandemia teve origem na China, no final de 2019, e se alastrou pelo mundo iniciando uma onda de isolamento social, por iniciativas governamentais e recomendadas pela OMS, objetivando retardar a propagação do vírus, com restrições a viagens nacionais e internacionais, interrupção no funcionamento normal dos negócios em geral, em muitos países ao redor do mundo. Em consequência disso, um ambiente de forte volatilidade financeira, com aumento das incertezas foi instaurado, além de instabilidade social e econômica.

Governos e bancos centrais ao redor do mundo vêm intervindo na economia de seus países, adotando medidas emergenciais, pouco convencionais em tempos normais, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários com prática de juros zero, além da expansão fiscal. Na economia nacional, impactos negativos começaram a surgir a partir de março de 2020, como maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio e dificuldades no comércio exterior, aumento das incertezas dos agentes econômicos, reduções dos postos de trabalho, principalmente os referentes as pequenas e médias empresas, entre outros. Diversas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro, como a redução de juros, em junho de 2020, para 2,25% ao ano, suspensão temporária de tributos (diferimento do PIS/COFINS) e concessão de benefícios fiscais aos setores da economia mais afetados. No entanto, uma recessão global em 2020 não está afastada, mesmo com essas iniciativas tomadas, bem como a incerteza de novas ondas de contaminação pelo vírus.

A Companhia tem sua equipe trabalhando em regime de “home office”, desde 17 de março de 2020, com todos os seus processos em pleno funcionamento, sem prejuízo de suas operações. Adicionalmente, a Companhia aderiu à postergação de tributos concedida pelo governo federal, através da Portaria nº 139 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

03 de abril de 2020, adiando o pagamento do INSS patronal, do PIS e da COFINS de março, abril e maio para agosto, outubro e novembro.

Embora as mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia possuam elevado grau de incerteza e dependam do desenvolvimento da doença (duração, agravamento, retorno, mutação entre outros), com várias variáveis desconhecidas, e ainda, que até a data base destas demonstrações financeiras não houve impacto relevante na Companhia, a Austral espera elevação nos sinistros ocorridos e redução nos prêmios emitidos ainda no exercício de 2020. No entanto, em todos os cenários desenvolvidos a Companhia espera apresentar resultado positivo para o fim do exercício de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

### a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio.

### b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, como “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela Administração da Companhia em 31 de agosto de 2020.

### c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

### d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e
- Recebíveis.

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

#### a) Disponível

Inclui o caixa e os saldos positivos em contas correntes, apresenta risco insignificante de mudança de valor justo e é utilizado pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

##### I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos.

##### II) Títulos disponíveis para venda

A Companhia classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

### III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, sendo classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bovespa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento ressegurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de *expertise*, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia. Dessa forma, a parcela de prêmio ganho é reconhecida no resultado ao longo dos prazos a decorrer dos contratos.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato.

Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de resseguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos. Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguro, e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. As metodologias utilizadas serão especificadas a seguir:

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Provisão é constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e com a exposição ao risco de cada contrato.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais é obtida a partir da utilização de metodologia baseada nas taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira por grupo. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão. Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento das parcelas deste prêmio proporcional é obtido a partir das características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos. Este cálculo garante que as provisões técnicas estejam consistentes com a melhor estimativa de exposição de risco nas datas de cálculo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão pagos pela Companhia, considerando suas posições mais atualizadas conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

## Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros já ocorridos mas ainda não reportados à Resseguradora até a data base de cálculo. Para a apuração desta parcela, consideram-se metodologias específicas aplicadas a partir das características dos grupamentos de risco operados pela Companhia e devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial.

## Provisão de excedente técnico - PET

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

## Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

### g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio (PPNG).

### h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, riscos de inadimplência entre outros fatores, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 15% e um adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil anuais, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de retrocessão. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para a composição do teste de adequação de passivo em 30 de junho de 2020, a Companhia dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que assume contratos com vários países do mundo.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ANBIMA. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, também disponibilizadas no site da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

No entanto, uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

Os testes de adequação de passivos realizados no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 indicaram que as provisões constituídas nas referidas data bases, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro, não sendo necessário nenhuma provisão adicional.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

As provisões técnicas na data base (2) apresentadas acima representam as reservas de PPNG e PPNG-RVNE deduzidas das respectivas parcelas de comissão diferidas, enquanto a estimativa corrente do fluxo de caixa (1) representa o valor presente dos sinistros e despesas correspondentes de parcelas cujo evento gerador ainda não ocorreu.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo elaborado pela mesma. Os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados para a Companhia.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios de retrocessão cedida e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

r) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O IFRS nº 9 - CPC 48 - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) - "*Leasing*" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2022 (inicialmente 01 de janeiro de 2021), sendo permitida a aplicação antecipada.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

#### **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o semestre de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos, provisão de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão de excedente técnico.

As provisões técnicas da Companhia são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio da Companhia, conforme instruções determinadas na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com resseguros e retrocessão.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações cíveis, tributárias e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediária devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial.

Ano	Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
30 de junho de 2020	Remota	5	89	34
31 de dezembro de 2019	Remota	5	256	81

## 5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota a definição da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a qual diz que a estrutura de gestão de risco consiste no conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no COSO – ERM, cujas etapas de avaliação da governança e cultura de risco, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento contínuo são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, da IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e a governança de todo o processo de gestão de risco.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

a) Risco de resseguro

O principal risco para a Companhia nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses sinistros.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros, através de uma seleção criteriosa, e com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentiais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Companhia.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira.

Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Companhia em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados.

A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Austral Resseguradora. A política interna de investimentos prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e o seu cumprimento é periodicamente monitorado pelo Comitê de Investimentos.

O gerenciamento do risco de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos da Austral Resseguradora é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos.

De maneira a mitigar os riscos de inadimplência referentes aos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionários é composto por companhias com rating corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta os créditos das operações com resseguros distribuídos por rating de crédito e tipo de resseguradora (Local, Admitida e Eventual).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

Rating 30/06/2020			Local		Admitida		Eventual		Total	
AMBest	S&P/F itch	Moody's	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A++	AAA	Aaa	-	-	928	0,2%	6.761	1,4%	7.689	1,6%
A+	AA+	Aa1	125	-	53.251	11,3%	8.278	1,7%	61.654	13,0%
A	AA-	Aa3	4.786	1,0%	214.128	45,3%	38.181	8,1%	257.095	54,3%
A	A+	A1	-	-	1.853	0,4%	5.852	1,2%	7.705	1,6%
A-	A	A2	664	0,1%	21.924	4,6%	22.202	4,7%	44.790	9,5%
A-	A-	A3	-	-	-	-	87.884	18,6%	87.884	18,6%
B++	BBB+	Baa1	1.485	0,3%	-	-	4.907	1,0%	6.392	1,4%
			<b>7.060</b>	<b>1,5%</b>	<b>292.084</b>	<b>61,7%</b>	<b>174.065</b>	<b>36,8%</b>	<b>473.209</b>	<b>100,0%</b>

Rating 31/12/2019			Local		Admitida		Eventual		Total	
AMBest	S&P/F itch	Moody's	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A++	AAA	Aaa	-	-	764	0,2%	5.436	1,3%	6.200	1,5%
A+	AA+	Aa1	92	-	45.591	11,2%	2.339	0,6%	48.022	11,8%
A	AA-	Aa3	5.257	1,3%	173.560	42,6%	33.180	8,1%	211.997	52,0%
A	A+	A1	-	-	1.532	0,4%	5.490	1,3%	7.022	1,7%
A-	A	A2	-	-	20.023	4,8%	37.952	9,3%	57.975	14,2%
A-	A-	A3	-	-	-	-	74.469	18,3%	74.469	18,3%
B++	BBB+	Baa1	1.548	0,4%	-	-	605	0,1%	2.153	0,5%
			<b>6.897</b>	<b>1,7%</b>	<b>241.470</b>	<b>59,2%</b>	<b>159.471</b>	<b>39,0%</b>	<b>407.838</b>	<b>100,0%</b>

Esta exposição ao risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 4º do anexo XIV da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

#### d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas em função de flutuações desfavoráveis do valor dos investimentos da Companhia. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VAR* que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em paralelo a esse controle, a Companhia calcula o capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

#### e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 93,0% (88,08% em 31 de dezembro de 2019) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 6,59 % (9,25% em 31 de dezembro de 2019) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 1,9% (2,44% em 31 de dezembro 2019) é composto por outros fundos de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Vale ressaltar que a Companhia faz bloqueios em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

	30 de junho de 2020		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos e passivos</b>			
Caixa e bancos	30.648	-	30.648
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	73.045	294.114	367.159
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.397	234.945	258.342
Crédito das operações de resseguros	587.128	21.444	608.572
Títulos e créditos a receber	46.888	9.912	56.800
Outros valores e bens	999	-	999
<b>Total de ativos</b>	<b>762.105</b>	<b>560.415</b>	<b>1.322.520</b>
Contas a pagar	4.366	-	4.366
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	617.735	21.334	639.069
Depósito de terceiros	11.351	-	11.351
Débitos das operações de resseguros	331.722	10.163	341.885
Outros débitos	215	-	215
<b>Total de passivos</b>	<b>965.389</b>	<b>31.497</b>	<b>996.886</b>

	31 de dezembro de 2019		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos e passivos</b>			
Caixa e bancos	31.947	-	31.947
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.625	14.105	283.730
Ativos financeiros disponíveis para venda	262.321	-	262.321
Crédito das operações de resseguros	618.226	28.025	646.251
Títulos e créditos a receber	72.622	9.394	82.016
<b>Total de ativos</b>	<b>1.254.741</b>	<b>51.524</b>	<b>1.319.342</b>
Contas a pagar	21.820	-	21.820
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	606.734	22.253	628.987
Depósito de terceiros	2.336	-	2.336
Débitos das operações de resseguros	319.464	8.338	327.802
<b>Total de passivos</b>	<b>950.354</b>	<b>30.591</b>	<b>980.945</b>

## f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

De acordo com a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,44% do patrimônio da carteira ou 0,65% com nível de confiança de 99%.

A Companhia também considera, em sua análise, o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de *stress* dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, conforme descrito abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação – IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps (*)	(3.810)	Inflação	-100 bps (*)	3.810
Câmbio	+5%	9.980	Câmbio	-5%	(9.980)
<b>Total</b>		<b>(6.170)</b>	<b>Total</b>		<b>6.170</b>

(\*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(\*\*) Informações fornecidas pela administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Para a realização do teste de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo. Para fins de teste de sensibilidade, todas as sinistralidades agravadas por grupo de ramo utilizadas foram limitadas inferiormente a 10%.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada grupo de ramo de atuação da Companhia:

Grupo	30 de junho de 2020		
	Sinistralidade agravada	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	78%	5.333	2.067
Riscos especiais	311%	368	-538
Responsabilidades	49%	510	202
Automóvel	108%	7.911	7.911
Transportes	130%	4.423	1.080
Riscos financeiros	30%	757	175
Pessoas coletivo	101%	1.877	1.051
Habitacional	48%	83	49
Rural	194%	8.099	4.925
Outros	10%	1.018	789
Pessoas individual	50%	255	162
Marítimos	95%	334	162
Aeronáuticos	54%	856	296
Petróleo	1%	6	2
Saúde	35%	44	44
Aceitações do exterior	116%	8.035	6.685
<b>Total</b>		<b>39.909</b>	<b>25.062</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

Grupo	31 de dezembro de 2019		
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro de resseguro	Varição de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	79,74%	6.664	2.274
Riscos especiais	10,00%	5.685	24.597
Responsabilidades	1,35%	15	5
Automóvel	91,23%	12.463	12.462
Transportes	64,30%	2.826	489
Riscos financeiros	266,18%	8.899	2.174
Pessoas coletivo	134,38%	7.935	4.344
Habitacional	45,33%	37	48
Rural	188,70%	6.607	5.103
Outros	10,00%	4.916	2.649
Pessoas individual	10,00%	44	23
Marítimos	104,43%	441	180
Aeronáuticos	116,67%	2.321	839
Petróleo	59,16%	555	166
Saúde	10,00%	229	226
Aceitações do exterior	170,25%	11.881	10.599
<b>Total</b>		<b>71.518</b>	<b>66.178</b>

O impacto sobre o patrimônio líquido da Companhia após impostos e contribuições em 30 de junho de 2020 seria uma redução no montante de R\$25.062 (R\$36.744 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 6. Aplicações financeiras

### a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30 de junho de 2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	13.105	216.428	65.235	294.768	294.932	47%	47%
Certificado de depósito no exterior	0,0001%	-	16.718	-	-	16.718	16.718	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	55.673	-	-	-	55.673	55.673	9%	9%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	21.857	21.857	21.193	3%	3%
Debêntures	-	-	77	24.679	17.979	42.735	45.059	7%	7%
Letra financeira - LF	-	-	19.647	12.792	-	32.439	32.640	5%	5%
Nota comercial - NC	-	-	3.674	2.421	-	6.095	6.137	1%	1%
Títulos públicos no exterior	2,63%	-	-	92.755	-	92.755	92.214	15%	15%
Títulos privados no exterior	5,45%	-	-	62.461	-	62.461	63.322	10%	10%
<b>Total</b>		<b>55.673</b>	<b>53.221</b>	<b>411.536</b>	<b>105.071</b>	<b>625.501</b>	<b>627.888</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

31 de dezembro de 2019									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>									
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	-	29.829	81.976	90.737	202.542	202.542	38%	38%
Ações	[B3]	1.325	-	-	-	1.325	1.325	-	-
Certificado de depósito no exterior	1,37%	-	12.306	-	-	12.306	12.306	2%	2%
Quotas de fundos de investimentos	-	67.557	-	-	-	67.557	67.557	13%	13%
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	15.326	91.919	107.245	97.205	18%	19%
Debêntures	CDI+	-	78	26.997	21.030	48.105	48.325	9%	9%
Letra financeira - LF	CDI%	-	6.271	26.747	-	33.018	33.012	6%	6%
Nota comercial - NC	CDI+	-	-	6.019	-	6.019	6.013	2%	1%
Títulos públicos no exterior	4,63%	-	-	33.743	17.482	51.225	49.543	9%	9%
Títulos privados no exterior	5,89%	-	-	16.709	-	16.709	16.506	3%	3%
<b>Total</b>		<b>68.882</b>	<b>48.484</b>	<b>207.517</b>	<b>221.168</b>	<b>546.051</b>	<b>534.334</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

### b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

	30 de junho de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>						
<b>Fundos de investimento:</b>						
Quotas de fundos de investimentos	55.673	-	55.673	67.557	-	67.557
<b>Títulos de renda fixa – privados:</b>						
Certificado de depósito no exterior	-	16.718	16.718	-	12.306	12.306
<b>Títulos de renda fixa – públicos:</b>						
Letras financeiras do tesouro – LFT	294.768	-	294.768	202.542	-	202.542
<b>Títulos de renda variável:</b>						
Ações	-	-	-	1.325	-	1.325
<b>II. Títulos disponíveis para venda:</b>						
<b>Títulos de renda fixa – privados:</b>						
Debêntures	42.735	-	42.735	48.105	-	48.105
Letras financeiras	32.439	-	32.439	33.018	-	33.018
Nota comercial	6.095	-	6.095	6.019	-	6.019
Corporate bonds	62.461	-	62.461	16.709	-	16.709
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	21.857	-	21.857	107.245	-	107.245
Global bonds	92.755	-	92.755	51.225	-	51.225
<b>Total</b>	<b>608.783</b>	<b>16.718</b>	<b>625.501</b>	<b>533.745</b>	<b>12.306</b>	<b>546.051</b>

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2018</b>	<b>273.151</b>	<b>147.402</b>	<b>420.553</b>
(+) Aplicações	358.639	94.477	453.116
(-) Resgates	(374.464)	(8.840)	(383.304)
(+) Rendimentos	26.404	22.189	48.593
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	7.093	7.093
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2019</b>	<b>283.730</b>	<b>262.321</b>	<b>546.051</b>
(+) Aplicações	139.342	73.273	212.615
(-) Resgates	(57.982)	(111.923)	(169.905)
(+) Rendimentos	2.452	48.995	51.447
(+/-) Ajuste ao valor justo	(383)	(13.939)	(14.322)
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(385)	(385)
<b>Saldo final em 30 de junho de 2020</b>	<b>367.159</b>	<b>258.342</b>	<b>625.501</b>



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de prêmios não ganhos	365.389	388.496
Provisão de sinistros a liquidar	591.046	505.125
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	228.787	215.062
Provisão de excedentes técnicos	12.552	8.955
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>1.197.774</b>	<b>1.117.638</b>
Direitos creditórios	(241.756)	(277.274)
Custos de aquisição diferidos redutores	(2.820)	(2.940)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(86.248)	(71.213)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(277.292)	(239.073)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(52.348)	(50.958)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(2.924)	(2.060)
<b>Total das exclusões</b>	<b>(663.388)</b>	<b>(643.518)</b>
<b>Total das provisões técnicas para cobertura</b>	<b>534.386</b>	<b>474.120</b>
<b>Ativos de liquidez (20% do CR_R)</b>	<b>21.897</b>	<b>22.066</b>
<b>Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:</b>		
Letras financeiras do tesouro - LFT	287.290	199.389
Notas do tesouro nacional - NTN-B	21.705	107.244
Título privados	81.269	87.142
Quotas de fundos de investimento	50.863	39.777
Título público no exterior	92.755	51.225
Título privado no exterior	62.460	16.709
<b>Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas</b>	<b>596.342</b>	<b>501.486</b>
<b>Suficiência das provisões técnicas</b>	<b>61.956</b>	<b>27.366</b>
<b>Suficiência das provisões técnicas + ativos de liquidez</b>	<b>40.059</b>	<b>5.300</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 8. Crédito das operações com resseguros

### a) *Aging* prêmios a receber

	30/06/2020	31/12/2019
<b>Aging de prêmios a receber</b>		
<b>Prêmios a vencer</b>		
De 1 a 30 dias	37.342	60.644
De 31 a 60 dias	17.349	16.015
De 61 a 120 dias	55.803	14.357
De 121 a 180 dias	264.492	306.088
De 181 a 360 dias	96.741	118.335
Superior a 360 dias	21.444	28.025
<b>Total de prêmios a vencer</b>	<b>493.171</b>	<b>543.464</b>
<b>Prêmios vencidos</b>		
De 1 a 30 dias	6.422	10.509
De 31 a 60 dias	7.368	10.799
De 61 a 120 dias	6.282	10.038
De 121 a 180 dias	18.017	5.698
De 181 a 360 dias	10.319	6.205
Superior a 360 dias	15.609	10.088
<b>Total de prêmios vencidos</b>	<b>64.017</b>	<b>53.337</b>
<b>Provisão para perda de valor recuperável</b>	<b>(8.755)</b>	<b>(2.821)</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>548.433</b>	<b>593.980</b>
Recuperação de corretagem	375	701
Recuperação de sinistro efetivamente pago	52.598	42.074
Provisão para perda de valor recuperável Sinistros	(762)	-
Participações nos lucros a receber	-	1.870
Outros créditos a receber	7.928	7.626
<b>Outros créditos das operações</b>	<b>60.139</b>	<b>52.271</b>
Total circulante	587.128	618.226
Total não circulante	21.444	28.025
<b>Total de crédito das operações</b>	<b>608.572</b>	<b>646.251</b>
<b>Movimentação dos prêmios a receber:</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>593.980</b>	<b>349.731</b>
(+) Prêmios emitidos (*)	453.380	791.624
(-) Recebimentos	(492.994)	(545.259)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(5.933)	(2.116)
<b>Saldo final</b>	<b>548.433</b>	<b>593.980</b>

(\*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

b) Prazo médio de diferimento

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

Grupos	30 de junho de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	11	25	13	26
Riscos especiais	9	23	12	20
Responsabilidades	18	31	15	27
Automóvel	3	8	12	5
Transportes	9	22	12	21
Riscos financeiros	35	47	35	47
Pessoas coletivo	6	25	8	38
Habitacional	1	13	-	-
Rural	7	20	7	19
Outros	36	50	36	48
Pessoas Individual	1	14	-	5
Marítimos	4	18	12	16
Aeronáuticos	6	19	12	20
Petróleo	-	17	12	14
Saúde	-	12	-	12
Aceitações do exterior	11	26	12	23

## 9. Ativos de retrocessão – provisões técnicas

	30/06/2020	31/12/2019
Ativos de retrocessão cedida de IBNR	86.248	71.213
Ativos de retrocessão cedida de PSL	277.292	239.073
Ativos de retrocessão cedida de PPNG	192.241	176.300
Ativos de retrocessão cedida de PET	2.924	2.060
Outros ativos de retrocessão	-	5
<b>Total geral</b>	<b>558.705</b>	<b>488.651</b>
<b>Total circulante</b>	<b>521.232</b>	<b>454.389</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>37.473</b>	<b>34.262</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 10. Títulos e créditos a receber

### a) Créditos Tributários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2019	Constituições	Reversões/ Compensações	Atualizações	30/06/2020
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>	<b>22.497</b>	<b>12.001</b>	<b>(3.614)</b>	<b>172</b>	<b>31.056</b>
Antecipação de IRPJ	6.761	4.853	(1.164)	117	10.567
Antecipação de CSLL	2.361	3.272	(515)	37	5.155
Crédito de IRRF exterior à recuperar	802	200	(31)	-	971
Crédito de IRRF pago a maior	68	292	(305)	6	61
Crédito de PIS e COFINS	431	544	(551)	12	436
PIS e COFINS sobre PSL/IBNR	12.074	2.840	(1.048)	-	13.866
<b>Não Circulante</b>	<b>22.471</b>	<b>6.293</b>	<b>(5.119)</b>	<b>-</b>	<b>23.645</b>
Crédito de prejuízo fiscal-IRPJ	12.468	3.031	(3.466)	-	12.033
Crédito de base negativa-CSLL	10.003	3.262	(1.653)	-	11.612
<b>Passivo</b>					
<b>Não Circulante</b>	<b>13.077</b>	<b>13.733</b>	<b>(13.077)</b>	<b>-</b>	<b>13.733</b>
Ajustes temporais IRPJ	8.173	8.583	(8.173)	-	8.583
Ajustes temporais CSLL	4.904	5.150	(4.904)	-	5.150
<b>Resultado Net Não Circulante (BP)</b>					
<b>Ativo</b>	<b>9.394</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.912</b>

Findado o ano de 2019, constitui-se no ativo não circulante o valor de R\$22.471 correspondente ao prejuízo fiscal de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, nos montantes de R\$12.468 e R\$10.003, respectivamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## b) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 30 de junho de 2020, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2020	816	7%	489	4%
2021	2.662	22%	1.597	14%
2022	5.019	42%	3.012	26%
2023	3.536	29%	5.011	43%
2024	-	-	1.503	13%
<b>Totais</b>	<b>12.033</b>		<b>11.612</b>	

## c) Créditos a receber

Os saldos de Créditos a receber em 30 de junho de 2020 está composto por (i) R\$44.489 ressarcimentos a receber (R\$ 45.411 em 31 de dezembro de 2019), (ii) R\$3.006 participação nos lucros a receber (R\$4.559 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) R\$0 outras contas a receber (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia constituiu no primeiro semestre de 2020, redução ao valor recuperável de ressarcimentos, no montante de R\$ 32.118.

*Aging* de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo

<u>Aging de permanência</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Patrimonial</b>		
De 1 a 30 dias	28.124	3.798
De 61 a 120 dias	-	8.043
De 181 a 365 dias	10.919	5
Superior a 365 dias	3.998	-
<b>Riscos financeiros</b>		
De 121 a 180 dias	-	28.125
De 181 a 365 dias	-	472
Superior a 365 dias	-	3.520
<b>Transportes</b>		
De 1 a 30 dias	1.448	1.448
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>44.489</b>	<b>45.411</b>
<b><u>Expectativa de realização</u></b>	<b><u>30/06/2020</u></b>	<b><u>31/12/2019</u></b>
<b>Patrimonial</b>		
De 331 a 360 dias	43.041	11.846
<b>Riscos financeiros</b>		
De 331 a 360 dias	-	32.117
<b>Transportes</b>		
De 331 a 360 dias	1.448	1.448
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>44.489</b>	<b>45.411</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(32.118)</b>	<b>-</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>12.371</b>	<b>45.411</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 11. Custos de aquisição diferidos

<b>Grupo</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Constituição</b>	<b>Diferimento / cancelamento</b>	<b>30/06/2020</b>
Patrimonial	2.781	507	(432)	2.856
Riscos Especiais	37	4	(9)	32
Responsabilidades	411	79	(54)	436
Automóvel	70	36	(31)	75
Transportes	1.030	546	(186)	1.390
Riscos Financeiros	822	197	(28)	991
Pessoas Coletivo	457	-	(284)	173
Rural	392	28	(248)	172
Outros	9	-	(2)	7
Pessoas Individual	20	-	(16)	4
Marítimos	446	285	(56)	675
Aeronauticos	980	1.439	(440)	1.979
Petróleo	507	144	(175)	476
Saúde	11	111	(78)	44
Aceitações do exterior	3.801	247	(203)	3.845
Habitacional	80	41	(89)	32
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>11.854</b>	<b>3.664</b>	<b>(2.331)</b>	<b>13.187</b>

<b>Grupo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Constituição</b>	<b>Diferimento / cancelamento</b>	<b>31/12/2019</b>
Patrimonial	2.285	1.786	(1.290)	2.781
Riscos Especiais	53	76	(92)	37
Responsabilidades	114	430	(133)	411
Automóvel	17	93	(40)	70
Transportes	577	982	(529)	1.030
Riscos Financeiros	219	844	(241)	822
Pessoas Coletivo	168	370	(81)	457
Rural	181	598	(387)	392
Outros	50	7	(48)	9
Pessoas Individual	4	23	(7)	20
Marítimos	261	410	(225)	446
Aeronauticos	759	1.193	(972)	980
Petróleo	247	505	(245)	507
Saúde	31	14	(34)	11
Aceitações do exterior	304	3.935	(438)	3.801
Habitacional	-	94	(14)	80
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>5.270</b>	<b>11.360</b>	<b>(4.776)</b>	<b>11.854</b>

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, e são apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 12. Imobilizado

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2019	Aquisições /Baixas	Depreciação	30/06/2020
Equipamentos de informática	20%	324	80	(52)	352
Sistemas de telecomunicações	10%	57	13	(10)	60
Móveis, máquinas e utensílios	10%	39	(20)	9	28
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	5	-	(2)	3
Instalações	10%	162	-	(14)	148
<b>Total</b>		<b>587</b>	<b>73</b>	<b>(69)</b>	<b>591</b>

	Taxa Anual de depreciação	31/12/2018	Aquisições	Depreciação	31/12/2019
Equipamentos de informática	20%	94	290	(60)	324
Sistemas de telecomunicações	10%	25	46	(14)	57
Móveis, máquinas e utensílios	10%	47	14	(22)	39
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	9	-	(4)	5
Instalações	10%	179	8	(25)	162
<b>Total</b>		<b>354</b>	<b>358</b>	<b>(125)</b>	<b>587</b>

## 13. Intangível

	Taxa Anual de amortização	31/12/2019	Aquisições	Amortização	30/06/2020
Direito de uso software terceiros	20%	489	743	(82)	1.150
<b>Total</b>		<b>489</b>	<b>743</b>	<b>(82)</b>	<b>1.150</b>

	Taxa Anual de amortização	31/12/2018	Aquisições	Amortização	31/12/2019
Direito de uso software terceiros	20%	252	374	(137)	489
Outros intangíveis	20%	1.449	-	(1.449)	-
<b>Total</b>		<b>1.701</b>	<b>374</b>	<b>(1.586)</b>	<b>489</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 14. Débitos das operações com resseguradoras

### a) Operações com resseguradoras

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios de retrocessão cedida	412.192	343.899
Comissão	(112.445)	(93.245)
Sinistros	39.813	40.068
Redução ao valor recuperável (*)	(34.818)	-
Outros	14	4.763
<b>Total circulante</b>	<b>304.756</b>	<b>295.485</b>
Prêmios de retrocessão cedida	16.655	14.068
Comissão	(6.628)	(6.061)
<b>Total não circulante</b>	<b>10.027</b>	<b>8.007</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>314.783</b>	<b>303.492</b>

(\*) Foi constituído no primeiro semestre de 2020, provisão para redução ao valor recuperável, seguindo a informação recebida pela Cedente.

## 15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguro e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b><i>Aging</i> de depósitos de terceiros:</b>		
De 1 a 30 dias	4.042	470
De 31 a 60 dias	429	204
De 61 a 120 dias	1.553	454
De 121 a 180 dias	3.509	336
De 181 a 360 dias	1.012	480
Superior a 360 dias	806	392
<b>Total</b>	<b>11.351</b>	<b>2.336</b>



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 16. Provisões técnicas com resseguradoras

	Provisão de resseguros (Passivo)		Parcela de retrocessão (Ativo)		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Patrimonial	67.885	63.297	(39.067)	(30.486)	28.818	32.811
Riscos especiais	235	296	(51)	(78)	184	218
Responsabilidades	21.453	15.960	(13.310)	(9.674)	8.143	6.286
Automóvel	14.084	37.461	(780)	(769)	13.304	36.692
Transportes	32.761	31.186	(22.582)	(20.441)	10.179	10.745
Riscos financeiros	92.129	91.125	(68.638)	(66.945)	23.491	24.180
Pessoas coletivo	4.465	13.602	(2.336)	(6.483)	2.129	7.119
Habitacional	392	1.468	(113)	(657)	279	811
Rural	22.369	26.552	(8.259)	(11.733)	14.110	14.819
Outros	664	1.054	(50)	(68)	614	986
Pessoas individual	332	1.747	(110)	(575)	222	1.172
Marítimos	5.534	4.091	(2.259)	(1.713)	3.275	2.378
Aeronáuticos	20.709	15.433	(15.465)	(10.181)	5.244	5.252
Petróleo	8.546	9.561	(4.464)	(6.969)	4.082	2.592
Saúde	953	160	-	-	953	160
Aceitações do exterior	72.878	75.503	(14.757)	(9.528)	58.121	65.975
<b>Provisão de prêmios não ganhos</b>	<b>365.389</b>	<b>388.496</b>	<b>(192.241)</b>	<b>(176.300)</b>	<b>173.148</b>	<b>212.196</b>
Patrimonial	145.888	134.471	(92.437)	(84.605)	53.451	49.866
Riscos especiais	3.444	2.965	(1.116)	(1.063)	2.328	1.902
Responsabilidades	19.243	21.497	(5.985)	(5.989)	13.258	15.508
Automóvel	22.422	8.088	(93)	(93)	22.329	7.995
Transportes	76.329	57.277	(51.281)	(36.433)	25.048	20.844
Riscos financeiros	39.463	36.272	(23.256)	(22.869)	16.207	13.403
Pessoas coletivo	49.783	55.971	(19.832)	(21.938)	29.951	34.033
Habitacional	837	19	(412)	(4)	425	15
Rural	73.720	22.165	(23.009)	(11.947)	50.711	10.218
Outros	18.322	24.816	(1.070)	(1.275)	17.252	23.541
Pessoal individual	1.373	-	(556)	-	817	-
Marítimos	44.178	32.657	(38.119)	(28.583)	6.059	4.074
Aeronáuticos	16.619	19.251	(10.928)	(16.113)	5.691	3.138
Petróleo	3.420	5.795	(1.365)	(2.318)	2.055	3.477
Aceitações do exterior	76.005	83.881	(7.833)	(5.843)	68.172	78.038
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>	<b>591.046</b>	<b>505.125</b>	<b>(277.292)</b>	<b>(239.073)</b>	<b>313.754</b>	<b>266.052</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

Patrimonial	35.303	26.754	(17.194)	(12.467)	18.109	14.287
Riscos especiais	368	400	(212)	(232)	156	168
Responsabilidades	6.770	4.029	(3.362)	(1.950)	3.408	2.079
Automóvel	12.002	14.156	(56)	(53)	11.946	14.103
Transportes	21.987	17.429	(10.615)	(8.015)	11.372	9.414
Riscos financeiros	22.879	19.367	(16.395)	(14.475)	6.484	4.892
Pessoas coletivo	15.561	29.912	(7.139)	(14.090)	8.422	15.822
Habitacional	1.357	1.348	(645)	(666)	712	682
Rural	22.050	22.863	(19.041)	(10.175)	3.009	12.688
Outros	5.456	9.140	(354)	(254)	5.102	8.886
Pessoas individual	1.218	245	(438)	(73)	780	172
Marítimos	2.200	2.132	(893)	(922)	1.307	1.210
Aeronáuticos	4.592	3.246	(3.582)	(2.590)	1.010	656
Petróleo	1.699	1.520	(866)	(795)	833	725
Saúde	326	138	(9)	(11)	317	127
Aceitações do exterior	75.019	62.383	(5.447)	(4.445)	69.572	57.938
<b>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>228.787</b>	<b>215.062</b>	<b>(86.248)</b>	<b>(71.213)</b>	<b>142.539</b>	<b>143.849</b>
Patrimonial	594	465	(82)	(77)	512	388
Responsabilidades	27	17	(3)	(2)	24	15
Automóvel	83	79	(5)	(4)	78	75
Transportes	115	160	(34)	(35)	81	125
Riscos financeiros	4.576	3.226	(1.915)	(1.452)	2.661	1.774
Pessoas coletivo	1.059	962	(217)	(232)	842	730
Habitacional	50	7	(19)	(4)	31	3
Rural	43	28	(4)	(1)	39	27
Outros	1.639	1.569	(47)	(43)	1.592	1.526
Pessoas individual	563	217	(169)	(6)	394	211
Marítimos	67	49	(11)	(8)	56	41
Aeronáuticos	11	8	(3)	(2)	8	6
Aceitações do exterior	3.722	2.168	(415)	(194)	3.307	1.974
<b>Provisão de excedente técnico</b>	<b>12.549</b>	<b>8.955</b>	<b>(2.924)</b>	<b>(2.060)</b>	<b>9.625</b>	<b>6.895</b>
Patrimonial	-	-	-	(5)	-	(5)
Pessoal coletivo	3	-	-	-	3	-
<b>Provisão de despesas relacionadas</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>3</b>	<b>(5)</b>
Total circulante	1.138.967	1.061.123	(521.232)	(454.389)	617.735	606.734
Total não circulante	58.807	56.515	(37.473)	(34.262)	21.334	22.253
<b>Total geral</b>	<b>1.197.774</b>	<b>1.117.638</b>	<b>(558.705)</b>	<b>(488.651)</b>	<b>639.069</b>	<b>628.987</b>

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

Austral Resseguradora S.A.  
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil  
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

	30 de junho de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
<b>Provisões de sinistro e prêmios</b>						
Provisão de sinistros a liquidar	591.046	(277.292)	313.754	505.125	(239.073)	266.052
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	228.787	(86.248)	142.539	215.062	(71.213)	143.849
Provisão de despesas relacionadas	3	-	3	-	(5)	(5)
<b>Provisão total de sinistros</b>	<b>819.836</b>	<b>(363.540)</b>	<b>456.296</b>	<b>720.187</b>	<b>(310.291)</b>	<b>409.896</b>
Provisão de prêmios não ganhos	365.389	(192.241)	173.148	388.496	(176.300)	212.196
Provisão de excedente técnico	12.549	(2.924)	9.625	8.955	(2.060)	6.895
<b>Provisão total de prêmios</b>	<b>377.938</b>	<b>(195.165)</b>	<b>182.773</b>	<b>397.451</b>	<b>(178.360)</b>	<b>219.091</b>
<b>Total</b>	<b>1.197.774</b>	<b>(558.705)</b>	<b>639.069</b>	<b>1.117.638</b>	<b>(488.651)</b>	<b>628.987</b>
<b>Desenvolvimento das provisões de sinistros</b>						
Em 1º de janeiro	720.187	(310.291)	409.896	495.730	(234.645)	261.085
Saldo de incorporação	-	-	-	147.976	(75.499)	72.477
Sinistros ocorridos no período	383.316	(123.631)	259.685	639.637	(261.778)	377.859
Sinistros pagos no período	(346.075)	98.359	(247.716)	(564.750)	265.467	(299.283)
Variação cambial	62.408	(27.977)	34.431	1.603	(3.836)	(2.233)
Atualização monetária	-	-	-	(9)	-	(9)
<b>No final do período</b>	<b>819.836</b>	<b>(363.540)</b>	<b>456.296</b>	<b>720.187</b>	<b>(310.291)</b>	<b>409.896</b>
<b>Desenvolvimento das provisões de prêmios</b>						
Em 1º de janeiro	397.451	(178.360)	219.091	205.190	(97.440)	107.750
Saldo de incorporação	-	-	-	104.315	(43.742)	60.573
Prêmios emitidos no período	384.820	(178.242)	206.578	630.881	(231.349)	399.532
Prêmio ganho no período	(415.812)	165.102	(250.710)	(563.786)	208.744	(355.042)
Variação cambial	11.479	(3.665)	7.814	20.851	(14.573)	6.278
<b>No final do período</b>	<b>377.938</b>	<b>(195.165)</b>	<b>182.773</b>	<b>397.451</b>	<b>(178.360)</b>	<b>219.091</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de PSL</b>						
Em 1º de janeiro	505.125	(239.073)	266.052	346.520	(196.520)	150.000
Saldo de incorporação	-	-	-	127.504	(72.941)	54.563
Movimento	85.921	(38.219)	47.702	31.101	30.388	61.489
<b>No final do período</b>	<b>591.046</b>	<b>(277.292)</b>	<b>313.754</b>	<b>505.125</b>	<b>(239.073)</b>	<b>266.052</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de IBNR</b>						
Em 1º de janeiro	215.062	(71.213)	143.849	149.150	(38.125)	111.025
Saldo de incorporação	-	-	-	25.584	(18.645)	6.939
Movimento	13.725	(15.035)	(1.310)	40.328	(14.443)	25.885
<b>No final do período</b>	<b>228.787</b>	<b>(86.248)</b>	<b>142.539</b>	<b>215.062</b>	<b>(71.213)</b>	<b>143.849</b>
<b>Desenvolvimento da provisão de PDR</b>						
Em 1º de janeiro	-	(5)	(5)	60	-	60
Saldo de incorporação	-	-	-	(60)	(5)	(65)
Movimento	3	5	8	(565)	(5)	(570)
<b>No final do período</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>

## 17. Desenvolvimento de sinistros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na data base de 30 de junho de 2020.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	128.451	178.365	219.549	55.047	188.881	20.344	790.637
Um ano após o ano de subscrição	112.548	165.768	244.192	334.139	270.085	-	1.126.732
Dois anos após o ano de subscrição	144.161	53.664	137.310	72.561	-	-	407.696
Três anos após o ano de subscrição	49.140	4.074	12.795	-	-	-	66.009
Quatro anos após o ano de subscrição	(17.661)	(2.205)	-	-	-	-	(19.866)
Cinco anos após o ano de subscrição	2.184	-	-	-	-	-	2.184
<b>Total</b>	<b>418.823</b>	<b>399.666</b>	<b>613.846</b>	<b>461.747</b>	<b>458.966</b>	<b>20.344</b>	<b>2.373.392</b>
<b>Em</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>
<b>Juros (Judicial)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos</b>	334.742	366.788	533.873	325.587	288.928	598	<b>1.850.516</b>
<b>Passivo em relação a anos anteriores a 2015</b>							<b>78.238</b>
<b>PSL</b>							601.114

\* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

Desenvolvimentos dos sinistros avisados a recuperar de retrocessão:

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	41.874	17.857	24.841	35.331	44.219	2.988	167.110
Um ano após o ano de subscrição	45.900	53.324	86.480	109.324	74.004	-	369.032
Dois anos após o ano de subscrição	100.328	25.314	42.745	27.435	-	-	195.822
Três anos após o ano de subscrição	32.093	(550)	7.489	-	-	-	39.032
Quatro anos após o ano de subscrição	(22.785)	(2.450)	-	-	-	-	(25.235)
Cinco anos após o ano de subscrição	526	-	-	-	-	-	526
<b>Total</b>	<b>197.936</b>	<b>93.495</b>	<b>161.555</b>	<b>172.090</b>	<b>118.223</b>	<b>2.988</b>	<b>746.287</b>

Em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-	-

Pagos em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Pagamentos	137.861	72.468	112.923	118.990	49.963	229	492.434

<b>Passivo em relação a anos anteriores a 2015</b>							<b>30.662</b>
<b>PSL</b>							<b>284.515</b>

\* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Montante Avisado sinistros							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano de subscrição	86.577	160.508	194.709	19.715	144.662	17.356	623.527
Um ano após o ano de subscrição	66.648	112.444	157.711	224.815	196.082	-	757.700
Dois anos após o ano de subscrição	43.833	28.350	94.564	45.127	-	-	211.874
Três anos após o ano de subscrição	17.047	4.623	5.307	-	-	-	26.977
Quatro anos após o ano de subscrição	5.124	246	-	-	-	-	5.370
Cinco anos após o ano de subscrição	1.658	-	-	-	-	-	1.658
<b>Total</b>	<b>220.887</b>	<b>306.171</b>	<b>452.291</b>	<b>289.657</b>	<b>340.744</b>	<b>17.356</b>	<b>1.627.106</b>

Pagos em	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Pagamentos	196.881	294.320	420.950	206.597	238.964	370	1.358.082

<b>Passivo em relação a anos anteriores a 2015</b>							<b>47.575</b>
<b>PSL</b>							<b>316.599</b>

\* não inclui os saldos e movimentações de salvados e ressarcimentos na redução de PSL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2020, é de R\$ 251.763, dividido em 302.648.450 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do semestre por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de incorporação da Terra Brasis Resseguros, descrito na nota explicativa 1.2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado.

d) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2019, foi deliberada a provisão de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 17.389, calculado sobre o patrimônio líquido pela taxa de juros de longo prazo (TJLP) reduzindo lucros acumulados.

e) Incorporação da Terra Brasis Resseguros S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, foi deliberada a incorporação da Terra Brasis pela Companhia, sendo que, após a referida incorporação, o capital social da Companhia passou de R\$ 234.468 para R\$ 240.000, dividido em 292.666.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

f) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido	340.652	338.787
Despesas antecipadas	(90)	(464)
Créditos tributários prejuízo fiscal / bases negativas	(23.645)	(22.471)
Ativo intangível	(1.150)	(489)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	-	10.733
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA</b>	<b>315.767</b>	<b>326.096</b>
<b>Capital base - CB (a)</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	81.340	74.526
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	32.087	32.400
Capital adicional de risco de mercado - CRMerc	8.433	26.828
Capital adicional de risco operacional - CROp	5.760	4.582
Benefício da diversificação	(17.913)	(28.053)
<b>Capital de risco - CR (b)</b>	<b>109.707</b>	<b>110.283</b>
<b>Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>109.707</b>	<b>110.283</b>
Patrimônio líquido ajustado	315.767	326.096
(-) Exigência de capital - EC	109.707	110.283
<b>Suficiência de capital</b>	<b>206.060</b>	<b>215.813</b>
Suficiência de capital - % da EC	187,83	195,69%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2020 e 2019, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2020		30/06/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.799	4.799	5.823	5.823
Participações nos lucros (empregados)	302	302	(1.406)	(1.406)
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.101</b>	<b>5.101</b>	<b>4.417</b>	<b>4.417</b>
<b>Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(765)</b>	<b>(1.104)</b>	<b>(663)</b>
<b>(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação:</b>	<b>(4.347)</b>	<b>(16)</b>	<b>(2.801)</b>	<b>(7)</b>
Operações em seguro rural	(4.321)	-	(2.801)	-
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	(26)	(16)	-	(7)
<b>(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação:</b>	<b>3.900</b>	<b>2.340</b>	<b>(111)</b>	<b>(78)</b>
Variação cambial	(253)	(152)	(186)	(111)
Ajuste a valor de mercado	4.789	2.874	258	155
Outras provisões	(636)	(382)	(183)	(122)
<b>Deduções Fiscais (Despesa) / receita de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>-</b>
	<b>(1.681)</b>	<b>1.559</b>	<b>(3.992)</b>	<b>(748)</b>
<b>Ajuste de anos anteriores (Despesa) / receita de tributos diferidos</b>	<b>82</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>(3.925)</b>	<b>(2.355)</b>	<b>50</b>	<b>39</b>
<b>Total de receita / (despesa)</b>	<b>(5.524)</b>	<b>(746)</b>	<b>(3.942)</b>	<b>(709)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(108)%</b>	<b>(15)%</b>	<b>89,25%</b>	<b>16,05%</b>

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de janeiro de 2019.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 20. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda., Brasil Plural e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receita/(Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Vinci Gestora de Recursos Ltda. [a]	-	-	50	52	(305)	(228)
Austral Participações II S.A. [b]	-	-	-	13.217	-	-
Brasil Plural [b]	-	-	-	3.549	-	-
IFC [b]	-	-	-	623	-	-
Braquiara Empreendimentos [c]	-	-	-	-	-	(238)
Austral Seguradora S.A. [d]	69.375	69.416	40.276	36.300	17.240	(52.459)
Administradores	-	-	-	-	(537)	(335)
<b>Total</b>	<b>69.375</b>	<b>69.416</b>	<b>40.326</b>	<b>53.741</b>	<b>16.508</b>	<b>(53.260)</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

[a] São operações que envolvem pagamento de taxa de administração de carteira e investimento;

[b] São operações que envolvem pagamento de juros sobre capital próprio;

[c] São operações que envolvem pagamento de aluguel de imóvel;

[d] São operações que envolvem contratos de resseguro; e

[e] São operações que envolvem remuneração dos diretores estatutários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramo em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2020 e 2019 são:

<b>Grupos de atuação</b>	<b>Prêmios ganhos</b>		<b>Índice de Sinistralidade (%) (a)</b>		<b>Índice de Comercialização (%) (b)</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Patrimonial	74.854	51.310	71,26	85,61	3,58	4,5
Riscos especiais	(130)	368	283,08	(1657,07)	-	14,67
Responsabilidades	11.496	6.551	44,42	112,06	2,01	1,31
Automóvel	80.503	71.006	98,27	67,38	0,06	0,11
Transportes	37.563	22.468	117,76	183,02	2,80	1,08
Riscos financeiros	27.942	17.333	27,08	430,65	0,36	(0,17)
Pessoas coletivo	20.478	34.164	91,68	96,32	3,21	2,18
Habitacional	1.908	255	43,40	27,84	5,82	-
Rural	45.954	11.382	176,23	211,69	1,28	2,9
Outros	1.881	6.135	(44,13)	25,67	3,35	1,39
Pessoas individual	5.591	24	45,66	(91,67)	0,34	0,00
Marítimos	3.862	2.736	86,28	27,89	13,08	8,33
Aeronáuticos	17.366	11.166	49,25	114,71	8,69	9,61
Petróleo	8.989	4.022	0,63	(14,69)	4,98	7,43
Saúde	1.385	451	31,41	74,06	5,49	5,1
Aceitações do exterior	76.170	33.816	105,49	94,04	5,35	3
<b>Total prêmio ganho</b>	<b>415.812</b>	<b>273.187</b>				

<b>Grupos de atuação</b>	<b>Prêmio ganho retido</b>		<b>Índice de sinistralidade retida (%) (a)</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Patrimonial	29.017	15.745	62,97	117,21
Riscos especiais	190	1.008	(24,81)	(272,71)
Responsabilidades	4.562	2.040	56,96	25,37
Automóvel	80.498	71.001	98,28	67,39
Transportes	9.176	3.352	103,64	56,44
Riscos financeiros	6.452	2.916	73,53	(37,18)
Pessoas coletivo	11.468	19.673	111,45	99,09
Habitacional	1.134	150	38,90	26,40
Rural	27.942	8.860	174,25	233,99
Outros	1.458	4.815	(46,31)	28,93
Pessoas individual	3.562	10	43,19	(98,18)
Marítimos	1.877	1.117	111,88	11,97
Aeronáuticos	6.001	4.012	57,82	47,81
Petróleo	2.619	1.348	1,44	(23,55)
Saúde	1.385	451	31,63	80,1
Aceitações do exterior	63.369	30.621	121,62	95,39
<b>Total prêmio ganho retido</b>	<b>250.710</b>	<b>167.119</b>		

(a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / Prêmio Ganho.

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição / Prêmio Ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Patrimonial	79.121	51.885	(54.352)	(35.345)	24.769	16.540	31,31	31,88	68,69	68,12
Riscos especiais	(236)	128	355	841	119	969	(50,42)	757,03	150,42	(657,03)
Responsabilidades	16.850	10.125	(10.509)	(7.215)	6.341	2.910	37,63	28,74	62,37	71,26
Automóvel	57.131	46.335	(18)	(1)	57.113	46.334	99,97	100	0,03	-
Transportes	38.071	23.609	(29.858)	(20.157)	8.213	3.452	21,57	14,62	78,43	85,38
Riscos financeiros	30.192	19.862	(23.599)	(17.072)	6.593	2.790	21,84	14,05	78,16	85,95
Pessoas coletivo	11.379	31.906	(4.822)	(14.181)	6.557	17.725	57,62	55,55	42,38	44,45
Habitacional	875	372	(246)	(157)	629	215	71,89	57,80	28,11	42,20
Rural	41.575	8.869	(14.541)	(1.523)	27.034	7.346	65,02	82,83	34,98	17,17
Outros	1.468	2.467	(399)	(306)	1.069	2.161	72,82	87,60	27,18	12,40
Pessoas individual	4.519	(141)	(1.727)	65	2.792	(76)	61,78	53,90	38,22	46,10
Marítimo	4.969	3.082	(2.441)	(1.530)	2.528	1.552	50,88	50,36	49,12	49,64
Aeronáuticos	21.410	15.525	(15.802)	(9.571)	5.608	5.954	26,19	38,35	73,81	61,65
Petróleo	6.747	1.897	(3.109)	(1.286)	3.638	611	53,92	32,21	46,08	67,79
Saúde	2.178	263	-	-	2.178	263	100,00	100,00	-	-
Aceitações do exterior	68.571	41.737	(17.174)	(3.724)	51.397	38.013	74,95	91,08	25,05	8,92
<b>Total</b>	<b>384.820</b>	<b>257.921</b>	<b>(178.242)</b>	<b>(111.162)</b>	<b>206.578</b>	<b>146.759</b>	<b>53,68</b>	<b>56,90</b>	<b>46,32</b>	<b>43,10</b>

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	30/06/2020	30/06/2019
Resseguradora local	2.961	1.957
Resseguradora admitida	118.974	63.977
Resseguradora eventual	56.307	45.229
<b>Total</b>	<b>178.242</b>	<b>111.163</b>

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	30/06/2020	30/06/2019
Seguradora	359.412	233.864
Resseguradora local	3.629	294
Resseguradora admitida	3.082	13.285
Resseguradora eventual	18.697	10.478
<b>Total</b>	<b>384.820</b>	<b>257.921</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 22. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2019	8.413.753
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2019	8.413.753
Totalidade de opções canceladas até 30 de junho de 2020	(3.436.884)
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2020	4.976.869
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2020	4.976.869

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário seja rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 4.976.869 opções em aberto representam uma diluição de até 3,34% sobre um total de 247.334.407 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 2.073 (31 de dezembro de 2019 R\$ 2.487).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

## 23 . Detalhamento de contas de resultado

a) <u>Prêmios de resseguro</u>		
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Prêmio de resseguros	348.481	239.278
Prêmio risco vigente não emitido	10.931	(5.414)
Retrocessões aceitas	25.408	24.057
Variações das provisões técnicas	30.992	15.266
<b>Total</b>	<b>415.812</b>	<b>273.187</b>
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações avisadas	(371.407)	(297.145)
Despesa com sinistro	(44)	(38)
Salvados e Ressarcimentos	1.144	63
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(13.724)	(15.398)
Redução ao valor recuperável ressarcimento	(32.118)	-
<b>Total</b>	<b>(416.149)</b>	<b>(312.518)</b>
c) <u>Custos de aquisição</u>		
Comissões	(12.830)	(8.545)
Variações de despesas de comercialização diferidas	666	2.009
<b>Total</b>	<b>(12.164)</b>	<b>(6.536)</b>
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas de resseguro	404	212
Tarifa bancária	-	(9)
Despesas de administração de contratos	(1.929)	(1.291)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(1.618)	(21.954)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(204)	(495)
Outras despesas de resseguro	(2.672)	(640)
Redução ao valor recuperável	(2.660)	(544)
<b>Total</b>	<b>(8.679)</b>	<b>(24.721)</b>
e) <u>Resultado com retrocessão</u>		
Sinistros ocorridos e não avisados	15.035	12.383
Despesa com sinistro	22	16
Recuperação de indenização	108.571	162.372
Redução ao valor recuperável recuperação de indenização	(762)	-
Salvados e ressarcimentos	323	(87)
Redução ao valor recuperável ressarcimento	31.779	-
Outros créditos	65	453
Prêmio de retrocessão cedido	(178.242)	(111.163)
Receita com participação nos lucros	986	1.445
Variações de prêmio retrocessão cedido	13.141	5.095
<b>Total</b>	<b>(9.082)</b>	<b>70.514</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

f) Despesas administrativas

Pessoal próprio e encargos sociais	(8.426)	(4.456)
Localização e funcionamento	(2.366)	(1.789)
Serviços de terceiros	(4.801)	(4.633)
Depreciação e amortização	(171)	(866)
Publicidade e propaganda	165	(132)
Donativos e contribuições	(75)	-
Outros	(492)	(317)
<b>Total</b>	<b>(16.166)</b>	<b>(12.193)</b>

g) Despesa com tributo

Despesas com COFINS	(2.048)	(5.227)
Despesas com PIS	(575)	(939)
Taxa de fiscalização	(519)	(519)
Outras	(494)	(149)
<b>Total</b>	<b>(3.636)</b>	<b>(6.834)</b>

h) Resultado financeiro

<b>Receitas</b>		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	17.448	13.932
Títulos disponíveis para venda	51.230	19.487
Operações de resseguros	107.364	24.668
Valorização cambial do disponível	9.482	1.385
Outras receitas	177	193
<b>Despesas</b>		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(15.379)	(2.942)
Títulos disponíveis para venda	(2.235)	(5.608)
Provisão Desvalorização Títulos Renda Fixa (Debênture)	(385)	-
Operações de resseguros	(111.058)	(24.696)
Desvalorização cambial do disponível	(1.776)	(1.494)
Outras despesas	(15)	(1)
<b>Total</b>	<b>54.853</b>	<b>24.924</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

**Conselheiros**

Alessandro Monteiro Morgado Horta  
Bruno Augusto Sacchi Zarembo  
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

**Diretor-presidente**

Bruno de Abreu Freire

**Diretoria**

Ricardo Villela Abreu dos Santos  
Rodolfo Arashiro Rodriguez

**Contador**

Eduardo Póvoa  
CRC 1SP nº223.513/O-6 S-RJ

**Atuária**

Brenda Fucci Cantisano  
MIBA nº 2904